

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.503.094 - PR (2019/0136635-7)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : **MUNICÍPIO DE CURITIBA**
PROCURADOR : **CARLOS AUGUSTO MARTINELLI VIEIRA DA COSTA E OUTRO(S) - PR015872**
AGRAVADO : **MOTIVO PROPAGANDA LTA**
ADVOGADO : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por MUNICÍPIO DE CURITIBA, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" e alínea "c", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL PRESCRIÇÃO RECONHECIDA APLICAÇÃO DO ARTIGO 174 PARÁGRAFO ÚNICO INC I DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL COM A REDAÇÃO ANTERIOR À LEI COMPLEMENTAR N 118/2005 INTERRUÇÃO DA PRESCRIÇÃO QUE SE DÁ COM A CITAÇÃO VÁLIDA AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DECORRIDOS MAIS DE 19 (DEZENOVE) ANOS DESDE A DISTRIBUIÇÃO DA AÇÃO DESÍDIA QUE NÃO PODE SER IMPUTADA EXCLUSIVAMENTE AO PODER JUDICIÁRIO NÃO RETROAÇÃO Á DATA DA PROPOSITURA DA AÇÃO CONDENAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA EM CUSTAS PROCESSUAIS POSSIBILIDADE SENTENÇA QUE JÁ ISENTOU A FAZENDA DO PAGAMENTO DA TAXA JUDICIÁRIA RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 174 do CTN, no que concerne à responsabilidade pelo decurso do lapso temporal, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Durante o transcurso do processo, esta Municipalidade se manifestou ativamente, pretendendo fechar o ciclo processual, como se vê do histórico acima. No entanto, para que possa haver tomada de diligências, é necessário que se faça a carga dos autos à Municipalidade.

Desta forma, se o feito se estende por um lapso temporal indesejado, não só não é culpa dessa Municipalidade que diligenciou prontamente nos autos, como tal demora também não é desejada pelo ora recorrente (fl. 80).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "c" do permissivo constitucional, alega divergência jurisprudencial.

É o relatório. Decido.

A Corte de origem consignou que:

Observando-se os acontecimentos processuais, verifica-se que no momento em que, deferida a suspensão do feito pelo prazo de 30 dias, na forma requerida pela Fazenda, aos 07/01/2002, o processo ficou paralisado até novembro de 2014, momento em que os autos foram retirados em carga pelo exequente.

Portanto não há como imputar somente ao Poder Judiciário a demora no prosseguimento da execução fiscal. Da distribuição da ação, até o presente momento já transcorreram mais de 19 (dezenove) anos, sem que sequer tenha sido efetivada a citação do executado.

Ainda mais. Desde a distribuição da ação, a Fazenda sequer requereu diligências para a citação da parte executada, limitando-se ao pedido de suspensão pelo prazo de 30 dias para providenciar dados cadastrais.

Ressalte-se que o benefício da intimação pessoal, previsto no artigo 25 da Lei nº 6.830/1980, não exime a Fazenda de dar andamento ao processo, independente de intimação, uma vez que a execução fiscal se faz no interesse do credor.

Portanto, tratando-se de desídia atribuída ao exequente, não há que se falar em retroação do prazo prescricional à data da propositura para afastamento da prescrição (fl. 70).

Sendo assim, quanto à primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita. (Súmula 07/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, não foi comprovada a divergência jurisprudencial, uma vez que não cumpridos os requisitos legais do art.

1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, § 1º, do RISTJ.

Nesse sentido, os seguintes julgados: AgInt no AREsp 1.339.575/DF, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 2/4/2019; AgInt no REsp 1.763.014/RJ, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 19/12/2018; AgInt no REsp 1.696.707/MG, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 12/3/2018; e AgRg no REsp 1.683.470/AP, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 31/10/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente